

Mídia, moralidade, alteridade: dilemas da visibilidade em uma sociedade midiaticizada

Thales Vilela Lelo

Doutorando em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas. Membro do Grupo de Pesquisa em Jornalismo, Narrativas e Práticas Comunicacionais (UFOP) e do Núcleo de Estudos em Trabalho, Saúde e Subjetividade (UNICAMP).

Resumo: Com base na constatação de que o campo dos Estudos Culturais e dos estudos de mídia vivenciam na atual conjuntura os impactos de uma “virada moral” em suas agendas de pesquisa, principiada ao longo da década de 1990 e popularizada a partir dos anos 2000, este artigo se propõe a realizar uma cartografia de um conjunto de obras e publicações recentes que se identificam com esse horizonte analítico, divididas em três linhas principais: 1) investigações que inferem sobre a moralização (ou a ausência de comprometimento) da audiência através das representações da alteridade em narrativas midiáticas; 2) pesquisas empíricas centradas na identificação dos repertórios morais de reação da audiência no contato com essas narrativas; 3) estudos de caso sobre os processos difusos de mediação e sensibilização com a alteridade na vida cotidiana.

Palavras-chave: *Mídia. Moralidade. Alteridade.*

Abstract Based on the fact that the field of Cultural Studies and media studies have been experienced in this conjuncture the impacts of a “moral turn” in their research agendas, begun throughout the 1990s and popularized from the 2000s, this article aims to carrying out a mapping of an ensemble of works and recent publications who identify with this analytical horizon, divided in three main lines: 1) studies that infers about the morality (or a lack of commitment) of the audience through the representations of otherness in media narratives; 2) empirical researches focused on the identification of moral repertories of audience reaction in contact with these narratives; 3) case studies about the diffuse processes of mediation and sensibility with otherness in everyday life.

Keywords: Media. Morality. Otherness.

1. Introdução

O sociólogo inglês Roger Silverstone (2002) dizia, no alvorecer do século XXI, que estaríamos adentrando em uma era marcada pela sensação de que as distâncias entre os sujeitos foram ultrapassadas. Acreditou-se que o desenvolvimento das mediações eletrônicas provocaria não só a convergência entre acontecimentos e grupos dispostos em regiões distintas do globo, mas, sobretudo, promoveria o estabelecimento de vínculos intersubjetivos mais vibrantes entre os indivíduos. Para o autor essa impressão de fundo entusiástico seria uma ingênua ilusão, constituída pela superposição apressada entre dois tipos de distância: uma primeira de natureza espacial, e outra de acepção moral. Se é inegável o fato de que a relação com a alteridade transcorre hoje fundamentalmente pela mediação de dispositivos tecnológicos, o descompasso entre essa mera aproximação física e o reconhecimento de uma humanidade comum entre o espectador e esses múltiplos outros torna evidente que um dos principais impasses políticos da cultura midiaticizada contemporânea diz respeito à representação da diferença.

Trabalhos recentes (DAYAN, 2013; ONG, 2009, 2012; JOYE, 2012, 2013; ORGAD, SEU, 2014) vêm identificado, no campo dos Estudos Culturais e dos estudos de mídia, uma virada moral, principiada ao longo da década de 1990 e popularizada a partir dos anos 2000, tendo como acontecimentos catalisadores os atentados terroristas de 11 de setembro contra as Torres Gêmeas do *World Trade Center* em Nova Iorque (que fomentaram a problematização acerca da representação ética do outro geograficamente distante (SILVERSTONE, 2011)) e as crises da representação midiática da ação humanitária (intensificadas pelas denúncias dirigidas à exploração ilegítima das imagens de vítimas socorridas por equipes de médicos instalados em países fragilizados por guerras

civis ou calamidades naturais (BOLTANSKI, 2000)). Desse modo, em paralelo às investigações focadas na apreensão das consequências mais amplas da inserção da mídia na vida cotidiana (de escopo institucionalista e sócio construtivista, como apontam Nick Couldry e Andreas Hepp (2013)), delinea-se no horizonte outra agenda de pesquisa, tramada por uma aproximação sensível entre a noção de visibilidade (principalmente em seu sentido midiático) e a conquista do reconhecimento social. Conforme assevera Dayan (2013), se em sociedades pré-modernas a visibilidade pública era entendida como um privilégio concedido a determinados indivíduos, na atual conjuntura de ascendente midiaticização dos processos sociais não soa legítimo que a invisibilidade seja naturalizada para um sem número de sujeitos, e nem que a visibilidade instantânea seja a única oportunidade para esses indivíduos galgarem atenção pública. Na contemporaneidade, a experiência de completo anonimato adquire o status de injustiça social, e se encontra sujeita a averiguações de ordem crítica.

Para os representantes dessa nova corrente de estudos, informada por expoentes da filosofia política e da moral (tais quais Adam Smith, Immanuel Kant, Jacques Derrida e Emmanuel Lévinas), a questão da visibilidade é tingida de contornos normativos, e se configura como uma arena de conflitos sobre os modos (apropriados ou não) de representação midiática da alteridade. Entretanto, o dilema político acionado pela moralização da visibilidade pública não se esgota na identificação das falhas ou acertos da representação de outrem em âmbito midiático tendo como parâmetro uma “distância apropriada” (SILVERSTONE, 2007) de encenação da alteridade nas tramas midiáticas. A presunção de agência da audiência na negociação de significados com os *media* - difundida principalmente pelos Estudos Culturais ingleses na segunda metade do século XX - é recuperada por esses autores na proposição de que, em face das misérias de outrem mediadas por dispositivos tecnológicos, a audiência deveria se engajar moralmente em seus dramas aceitando o desafio de sua presença. Constata-se então uma profusão de obras (principalmente em contexto europeu e norte-americano) que têm como fio condutor: a) compreender as potencialidades e obstáculos para a obtenção do reconhecimento social via visibilidade adquirida em narrativas que transitam pela sociedade midiaticizada que habitamos; b) delinear os desafios que intrínsecos à consecução do engajamento moral do espectador diante dessas narrativas.

Com base nesse diagnóstico, esse artigo pretende

realizar, ainda que de modo sintético, uma cartografia dos principais horizontes de ação desses trabalhos, segmentados em três linhas dirigentes: 1) investigações que inferem sobre a moralização (ou a ausência de comprometimento) da audiência tomando por base as representações da alteridade em narrativas midiáticas; 2) pesquisas empíricas centradas na identificação dos repertórios morais de reação da audiência no contato com essas narrativas; 3) estudos de caso sobre os processos difusos de mediação e sensibilização com a alteridade na vida cotidiana.

2. Textualidades e uma ética normativa de identificação com a alteridade

Essa primeira safra de pesquisas é amparada pela prerrogativa de que as narrativas que alimentam os *media* modernos são transpassadas por redes simbólicas de poder, de modo a evocar (ou negar) a visibilidade à alteridade, propondo, no processo, que o espectador se envolva moralmente com o evento que trágou sua atenção. Essa tradição supõe também, em aspecto normativo, que há modos eticamente apropriados e equivocados de retratar outras pessoas e culturas em ambiente midiaticizado, e que os públicos endereçados pelos textos não deveriam rejeitar o apelo que lhes é endereçado através das imagens de outrem.

Os trabalhos se diferenciam no tocante ao grau de especificidade de seu recorte analítico, que pode variar entre uma abordagem mais genérica e impressionista das formas de manifestação da moralidade no intercâmbio com as narrativas dos *media*, até incursões amparadas por lentes metodológicas mais afinadas - com um instrumental oriundo da análise de conteúdo, da análise crítica do discurso, da análise de enquadramentos, etc -, no ímpeto de compreender, em uma sucessão de textos midiáticos particulares, ou a partir da imersão em um fenômeno social específico (um acontecimento marcante, a cobertura noticiosa de um evento enredado por visões de mundo conflitantes, etc), os recursos mobilizados pelas narrativas para acionar o espectador ao construir de modo ético ou não a alteridade.

A referência mais fundamental a esse eixo se trata de Luc Boltanski (2004), que aposta em uma ética minimalista de engajamento emocional da audiência em resposta às representações do sofrimento à distância que lhe são oferecidas pelos *media*. Em sua obra crucial ao tema, esse autor problematiza duas das considerações mais pessimistas sobre a impotên-

cia política do espectador, propagadas especialmente desde a publicação de *A Sociedade do Espetáculo* de Guy Debord (1998). A primeira delas é a de que a audiência não seria nada mais que um voyeur dos dramas urbanos, pois situada em um espaço confortavelmente distinto daquele em que se encontra a alteridade vítima de infortúnios de toda natureza. Inspirado pela teoria dos sentimentos morais de Adam Smith, Boltanski irá refutar esse argumento indicando que, apesar de não poder experimentar com todas suas competências sensoriais a mesma vivência daqueles que sofrem diante de suas telas, o espectador pode compreender a dor alheia pelo recurso da imaginação. Fabular o sofrimento sem ser vitimado por suas consequências mais diretas pode capacitar os públicos a uma reação moral equilibrada àqueles que estão envolvidos até as últimas consequências em um evento trágico.

O segundo desacordo desse sociólogo francês com os discursos hegemônicos de sua época tangencia a desconfiança de que mesmo quando o espectador se vê comovido pela desgraça alheia, nada pode fazer para mudar a condição dos que sofrem que não materializar seu desconforto por meio da verborragia. Em contraste a essa afirmação, Boltanski (2004) aprecia a fala em um sentido performativo, como ação moral capaz de suscitar a partilha de um senso de indignação ou compaixão com outros espectadores, incitando, coletivamente, uma reação legítima a formas de injustiça que acometem determinados sujeitos. Propõe então, em nível especulativo, uma tipologia dos modos de acionamento compassivo da audiência, assentada em três classes: a denúncia (o espectador se transmuta, discursivamente, em um acusador, se concentrando em identificar o responsável pela dor infligida às vítimas); a sensibilidade (o sentimento predominante é o de compaixão pela dor alheia e simpatia pelo benfeitor que a mitigou); estética (acrescenta às imagens do ofensor e do benfeitor a figura do artista, capaz de mostrar o caráter sublime da dor e instigar uma reflexão sobre a condição humana).

Poucos anos após o lançamento de *Distant Suffering*, Susan Moeller (2002) lança sua contribuição mais expressiva a essa discussão, sob o mesmo viés propósito de Boltanski, mas sem estabelecer nenhuma conexão mais rigorosa com seu trabalho. Sua diferença para com o sociólogo francês é que suas observações se dirigem, sobretudo, ao universo da cobertura noticiosa, com uma tese sugestiva acerca da carência de envolvimento afetivo da audiência quando em face de reportagens sobre epidemias,

genocídios, conflitos armados desleais, etc. A autora estabelece umnexo entre as falhas na retratação da alteridade por parte da mídia e o bloqueio da sensibilidade moral dos espectadores, que estariam emocionalmente sobrecarregados por aquilo que ela nomeia como “fadiga da compaixão” (MOELLER, 2002) - um sentimento difuso de overdose que elide a reação moral.

A despeito das críticas (ONG, 2014; ORGAD, SEU; 2014) que atribuem um tom determinista ao trabalho de Moeller - por colapsar uma variedade enorme de possíveis respostas morais do espectador a uma estática, passiva e negativa condição de fadiga -, é inegável o impacto positivo produzido pelas discussões pioneiras levadas a cabo por ela e por Boltanski. Os ecos de suas contribuições se farão presentes, ainda que em alguns casos de forma indireta, em uma vasta gama de teorizações subsequentes.

Trilhando o mesmo solo conceitual dos pesquisadores supracitados, Daniel Dayan (2004, 2009, 2013) em publicações recentes, posteriores ao lançamento de sua produção mais influente, centrada em compreender as especificidades do acontecimento midiático (DAYAN, KATZ, 1994), irá cruzar suas reflexões produzidas sobre esse tema com uma preocupação de foro ético com o que ele nomeia como uma dimensão “mostrativa” do discurso midiático. Em sua perspectiva, os *media* não só constroem, pela via das imagens, os eventos sociais que mobilizaram seu interesse, bem como são responsáveis por demarcar os regimes de visibilidade que distinguem aqueles que consideramos como parte de nossa comunidade de pertença, daqueles que figuram na absoluta alteridade. Dayan (2004) insinua que algumas narrativas comprometem moralmente a capacidade da audiência de experimentar os dramas alheios, instaurando uma diferenciação total entre “nós” e “eles”. E isso ocorre em função da configuração eticamente inadequada de componentes performativos inerentes às narrativas midiáticas (Dayan (2013) fala em “atos mostrativos”), tais quais: a capacidade de exibir ou não algo em todas as suas tonalidades; de estimular o julgamento dos protagonistas de um evento midiático; e de acionar os sentimentos morais dos espectadores suscitando que respondam ao que lhes é ofertado.

Em decorrência do enfoque preferencialmente normativo e filosófico (que se restringe a responsabilizar o discurso dos *media* por se evadir de “pôr em cena” a alteridade em sua singularidade), a chave interpretativa de Dayan (mas também as de Boltanski e Moeller) pode ser questionada por perder de vista

as formas textualmente encarnadas de acionamento da moralidade dos públicos em face do sofrimento à distância. A compensação a essa defasagem analítica irá transparecer mais precisamente nos investimentos empíricos de Lilie Chouliaraki (2006, 2008, 2010), Stin Joye (2010) e Shani Orgad (2009, 2011).

As coberturas noticiosas dos atentados ao *World Trade Center* em 11 de setembro de 2001, de um acidente de barco na Índia ocorrido em 31 de agosto de 2002, das enchentes em Bangladesh em 23 de julho do mesmo ano, do atirador que matou três pessoas em uma viagem de turismo na Indonésia em 31 de agosto, da catástrofe natural do Tsunami que assolou ilhas do Oceano Índico em 26 de dezembro de 2004, dos protestos de monges em Myanmar em setembro e outubro de 2007, entres outros acontecimentos de relevância diversificada, nutrem em várias circunstâncias as teorizações de Chouliaraki (2006, 2008, 2010). A autora emprega a análise crítica do discurso como metodologia privilegiada para averiguar nessas reportagens os modos adotados pelas narrativas dos *media* para contar histórias sobre o sofrimento humano e situar o espectador em uma relação moral com tal consternação, incitando ou restringindo sua piedade pela dor de outros seres humanos. Propõe na sequência uma categorização dessas notícias em três níveis mais abstratos hierarquicamente discriminados, indicando que cada um deles proporia a seu modo peculiar um engajamento na cena de sofrimento visualizada - oferecendo um leque de possibilidades sensíveis de reação.

Ocupando posições diametralmente opostas nessa balança moral da cobertura dos *media* formulada por Chouliaraki (2006, 2008, 2010), em uma extremidade se encontram as notícias de aventura, essencialmente descritivas, com baixo grau de contextualização e consequente desumanização da alteridade envolvida na narrativa. Suscitam um afastamento moral máximo entre os personagens que ocupam essas reportagens e a audiência que supostamente deveria ser emocionalmente afetada ao se defrontar com elas. Na outra ponta dessa tipologia, estão contidas as notícias de êxtase, que muitas vezes se desdobram ao vivo, em um momento tratado como efetivamente histórico - que irrompe da temporalidade rotineira. Aqui, a agência da alteridade é soberana, e cada sujeito é personalizado como alguém que sente, reflete e age sobre sua própria vida (e a vida dos demais em seu entorno). O público estabelece com esse modo de encarnação mediada da alteridade uma relação de identificação, se engajando profundamente em sua agonia.

Muito embora posicionadas em lugares aparentemente incompatíveis, para Chouliaraki (2006, 2008, 2010) nessas duas primeiras classes de notícia há um idêntico processo seletivo de visibilização da alteridade que define por quem o espectador do Ocidente deve e não deve se compadecer, excluindo, em contrapartida, os sofrimentos de certos humanos do radar de atenção pública (nas notícias de aventura), e supervalorizando a comoção em face das notícias historicamente significativas ao Ocidente (notícias de êxtase).

Para a autora, o refúgio ético de retratação da alteridade nos *media* e de potencial acionamento sensível dos públicos reside nas notícias de emergência que, segundo ela (CHOULIARAKI, 2006, 2008, 2010), são construídas narrativamente de modo complexo, deslizando de um espaço-tempo radicalmente estranho ou excessivamente próximo para uma configuração mais contextualizada dos eventos, permitindo o vislumbre da experiência viva e da conjuntura histórica retratada através de gestos de humanização da alteridade. O espectador dessas notícias não seria afetado para que reagisse convocando o universo de valores Ocidentais rotineiros, e seu engajamento estaria aberto a uma indeterminação potencialmente suscetível de aproximá-lo de uma interlocução empática com o outro distante.

As proposições normativas a respeito da moralidade que permeia as textualidades midiáticas (e, sobretudo, jornalísticas) derivadas dos investimentos analíticos de Chouliaraki, subsidiam também os estudos de caso de Joye (2010) e Orgad (2009, 2011). O primeiro autor, baseado na Bélgica, procurou aplicar os mesmos procedimentos metodológicos de Chouliaraki para escrutinar a cobertura belga da epidemia global de SARS em 2003 (JOYE, 2010), chegando à conclusão de que as narrativas procuraram sustentar uma separação sociocultural entre as vítimas da doença de origem Ocidental (identificadas empaticamente com o espectador) daquelas localizadas em regiões afastadas do globo, territórios segregados das zonas hegemônicas globais. Já Orgad (2009, 2011) irá se debruçar nas coberturas nacionais e internacionais da ofensiva contra a Palestina pelo exército israelense ao findar de 2008 e início de 2009. Após denunciar o excesso de afinidade da produção noticiosa israelense com a constelação de valores que governaram a esfera pública nacional no decorrer dos conflitos (legitimando os ataques violentos a Gaza ao vitimizar demasiadamente os cidadãos de Israel, enquanto produzia em contraste um afastamento moral considerável das imagens dos pales-

tinios afetados pela escalada de agressões), a autora ressalta o papel positivo da mídia interacional nessa conjuntura, responsável, em sua análise, por tomar a cena e desestabilizar os informativos locais, expondo a arbitrariedade do governo israelense e a violência desmensurada exercida contra o povo palestino ao longo da ofensiva. Orgad (2009, 2011) abstrai dessa constatação um argumento crítico que advoga em favor desses lampejos de “estranhamento” nos *media*, encarregados de fomentar para os públicos habituais de determinadas narrativas uma nova percepção de si mesmos, potencializando seu descolamento (ainda que parcial) da comunidade simbólica em que estão circunscritas, e colaborando, no processo, para que se vejam obrigados a enfrentar a alteridade de modos impensados até aquele momento - viabilizando uma nova responsabilidade em face do sofrimento à distância e uma politização dos cidadãos.

A sensibilização crítica do espectador com a alteridade implica, para os trabalhos arrolados até aqui, em dois fatores essenciais: a) o espectador deve apresentar um envolvimento ativo (seja esse engajamento responsável ou não) em face das histórias que são veiculadas nos diversos canais de expressão da mídia contemporânea; b) as imagens que humanizam e dotam de agência a alteridade são mais propícias a produzir uma reação sensível dos públicos. Destarte, como salienta Ong (2014), esses autores concordam tanto que uma audiência composta por sujeitos distraídos corresponde a um déficit de posicionamento moral em face da encenação do outro vertida em texto; quanto que as representações do sofrimento à distância que não reforçam a agência dos representados correm o risco de desabilitar quaisquer fagulhas de identificação desses indivíduos com os espectadores, bem como, na esteira, restringir a humanidade e a singularidade daqueles que são visualizados pelos *media*.

Entretanto, essas duas conjecturas são tencionadas pelas colocações de Paul Frosh (2009, 2011), que afirma que, em um cenário onde os processos interacionais midiáticos sustentam um ambiente cultural socialmente partilhado que ultrapassa as ocasiões de implicação ativa dos públicos com narrativas específicas, a ênfase analítica deveria recair nas relações rotineiras com esses textos, de forma que a desatenção não deveria ser tomada sem maior cautela como uma deficiência política na instância de recepção, mas sim investigada em suas potencialidades morais. Da mesma maneira, salienta uma moralidade mínima no contato dos públicos com formas genéricas de representação da alteridade: “ser parte das

massas significa ser uma das ‘pessoas comuns’, talvez uma média estatística, qualquer um, mas acima de tudo suficientemente igual aos outros para ter uma vida imaginável, para habitar um mundo imaginável” (FROSH, 2009, p.69-70).

Segundo Frosh, se nossa relação atual com os *media* simula essa permanente conexão com aquilo que está distante, bem como a contínua disponibilidade para o contato, então o “testemunho midiático habitua os indivíduos à alteridade dos outros, à estranheza do estrangeiro, e a generalidade de nossa conexão com eles” (2009, p.68). Nos termos do autor, o caráter moral desse tipo de interlocução advém do fato das narrativas midiáticas atuarem como “processos rotineiros e institucionalizados para situarem os estrangeiros no âmbito daqueles a quem podemos reconhecer como humanos como nós, por garantir que os ‘outros’ são sempre ‘outras pessoas’” (FROSH, 2011, p.394). As vozes e faces desses “outros” distantes que perambulam pelos noticiários sem que suas aparições sejam objeto de uma atenção especial ou mobilizem uma reação hostil do espectador, são o pré-requisito moral para o florescimento de uma ética mais robusta de responsabilização pela alteridade.

Frosh (2009, 2011) sustenta seu argumento assinalando que as narrativas midiáticas perpetuam sistematicamente a desumanização de determinados estratos sociais, seja os invisibilizando – privando-os de figurarem nas tramas, e em consequência os impossibilitando de forjar qualquer tipo de conexão com os públicos -, seja os “demonizando” - caracterizando-os como entidades apartadas das fronteiras da humanidade comum e absolutamente singularizadas nas imagens.

Mas se é admissível, acompanhando Frosh, pressupor que alguns daqueles que não constam nas representações midiáticas nem como “tipos ideais” estão limados de fundar qualquer traço de humanidade comum com os espectadores, por outro é difícil assegurar que o mero fato de um conjunto de indivíduos serem incorporados às narrativas dos *media* sem mobilizar uma atenção especial à sua presença irá garantir que esses atores irão estimular um senso de responsabilidade por suas vidas que os vincularia moralmente aos públicos. Prova disso é que a “demonização” da alteridade ou o desinteresse pela dor alheia pode ocorrer sem que haja uma singularização completa do corpo vertido em narrativa, como evidência Marita Sturken (2011) ao tematizar a banalização midiática das práticas de tortura perpetradas por soldados norte-americanos em zonas de guerra. Em sua análise, a autora detecta os artifícios retóri-

cos empregados pelos textos para cotidianamente desumanizar sujeitos rotulados como terroristas, corroborando com a profusão de uma “cultura do conforto” que propicia uma aproximação fugaz desse ser distante (mencionado de passagem sem que se torne objeto de exclusivo interesse) ao mesmo tempo em que viabiliza um afastamento abismal das prováveis implicações éticas de sua presença (permitindo, nesse caso, que os identificados com o terrorismo sejam alvo de execução sumária sem que as motivações para tal identificação sejam devidamente problematizadas).

Sendo assim, se é razoável se acostumar (e mesmo se tornar desatento) diante das figuras que habitualmente soam mais aterradoras (e que transitam diariamente as páginas dos noticiários), então há na proposição de Frosh uma associação apressada entre a necessária tipificação daqueles que tomam parte cotidianamente das narrativas midiáticas e sua moralização primeira, para os espectadores, como agentes que compartilham com eles um mesmo “mundo comum”.

3. Em busca das audiências

Apesar dos questionamentos de Paul Frosh dirigidos às investigações textuais que se debruçaram em apreender, de uma via normativa, as formas adequadas e inapropriadas de retratação da alteridade (com consequente reação moral dos públicos em face dessas representações), se revelarem frágeis por não resistirem a um exame mais atento, é imprescindível levar em consideração que críticas mais incisivas foram dirigidas a essa seara de estudos, expandindo, em decorrência, o campo de discussão ancorado no binômio mídia e moralidade.

Um parecer bastante partilhado sobre essas pesquisas (SEU, 2010; ONG, 2014, ORGAD, SEU, 2014), é o de que elas resvalariam em certo determinismo ao deduzir o tipo de engajamento da audiência unicamente a partir da análise detida das textualidades midiáticas, simplificando e linearizando a uma dinâmica causal uma complexa relação que existe entre as narrativas e sua recepção pública. Muito embora sejam inegáveis as contribuições desses empreendimentos por inserem na agenda teórica uma preocupação ética com os impasses que emergem dos processos de mediação tecnológica (tecendo considerações sobre as maneiras adequadas de lidar com as representações da alteridade nos *media*), considera-se insuficiente supor as respostas morais de um

público idealizado. Por essa razão, inaugurou-se nesse mapa de investigações um novo eixo de análises empíricas sobre o comportamento das audiências em resposta às narrativas que expõem a alteridade distante em situação de vulnerabilidade e sofrimento, abordando também os esquemas de interpretação que são acionados pelos públicos nesses contextos. Ainda que escassos e de impacto limitado, como salienta Seu (2010), esses trabalhos mobilizaram esforços para preencherem lapsos que alguns autores julgaram existir entre as representações de outrem e sua recepção pelas audiências; e entre o ato de tomar conhecimento de uma história narrada e atender a ela imbuído de certa moralidade.

Um exemplo pioneiro nesse segmento é o trabalho de Katherine Kinnick e colaboradores (1996) que procurou detectar a materialização da “fadiga da compaixão” entre espectadores adultos norte-americanos por meio de um *survey* via ligação telefônica em diversos lares, focado na percepção de como os entrevistados se relacionavam com assuntos que cotidianamente são veiculados nos *media* e que, em função de sua gravidade, deveriam mobilizar a consciência moral dos participantes. Pela análise dos resultados, o estudo atestou a existência de certa fadiga da compaixão no comportamento dos públicos, decorrente não de características pessoais dos respondentes, mas sim da natureza da cobertura midiática contemporânea, que corroboraria com a exaustão emocional da audiência, “associada com comportamentos de esquiva, ostensivamente como uma forma de auto proteção” (KINNICK *et al*, 1996, p.701), diante de assuntos polêmicos.

Uma segunda referência importante nesse conjunto, e que conflita com as conclusões da precedente, advém de uma sondagem empreendida por Irene Seu (2010) acerca dos “repertórios de negação” do apelo à ação na recepção do humanitarismo. Nove grupos focais foram constituídos e estimulados à discussão após a exibição de campanhas da Anistia Internacional e reportagens sobre abusos graves dos direitos humanos em diferentes partes do globo. Se Kinnick *et al* (1996) notaram a apatia moral do público em sua tendência a tergiversar de um engajamento mais sensível com o sofrimento à distância, Seu (2010) apreende essa negação ao apelo não como uma simples esquiva desconcertada, mas sim como uma manobra discursiva sofisticada – que permite ao espectador reagir sob um senso de desconfiança acerca da legitimidade da causas tematizadas pelas agências humanitárias, e inclusive sobre a condição das vítimas retratadas nas campanhas. Desse modo,

a audiência nega o engajamento reativo à causa se ancorando em justificações sustentadas por fundamentação moral.

Um terceiro e último artigo bastante citado nessa linha é o da pesquisadora sueca Birgitta Höijer (2004), assentado na seguinte inquietação norteadora: “como as pessoas reagem ao envolvimento emocional que a mídia oferece se concentrando em vítimas inocentes de conflitos políticos, guerra e outras formas de violências?” (HÖIJER, 2004, p.513). Suas incursões empíricas se organizaram em duas frentes: a primeira, na Suécia, combinou entrevistas presenciais e mediadas por telefone focadas na recepção da violência midiática em coberturas noticiosas. A segunda foi constituída por grupos focais realizados na Noruega e na Suécia, e teve como eixo condutor a apreensão pública da Guerra do Kosovo. Os resultados dessa investigação são múltiplos e se revelaram particularmente instigantes por problematizarem e adensarem questões até então não debatidas no campo dos estudos de mídia e moralidade. Uma das mais notáveis evidências a significância do engajamento moral da audiência com certas vítimas preferenciais (mulheres, crianças e idosos), contrastando com uma suposição muito presente nas análises textuais de que a sensibilização da audiência depende da humanização e do resgate da agência daqueles que são retratados como vítimas de uma tragédia. Outro esforço meritório da autora foi o de tentar classificar os “regimes de compaixão” (HÖIJER, 2004) que emergem do contato com o sofrimento à distância, tais quais: o compadecimento, a culpa, a vergonha e a impotência. Por fim, uma última observação memorável desse estudo de caso múltiplo foi a de que as reações morais do espectador são ancoradas por divisões de gênero: enquanto as mulheres soam mais dispostas a expressar a compaixão na interlocução com a dor alheia, os homens exprimiam insensibilidade no contato com as mesmas narrativas, “protegendo a si mesmos ao olhar para as imagens sem demonstrar quaisquer sinais exteriores de emoção” (HÖIJER, 2004, p.527).

4. Moralidade e mediação na vida cotidiana

Sob influência decisiva de estudos europeus contemporâneos¹ que se voltaram à compreensão da presença ubíqua da mídia na vida cotidiana através de processos sociais midiáticos, Ong (2014) e Orgad e Seu (2014) irão tecer críticas aos estudos de audiência mencionados na seção precedente por se fiarem

¹ Nick Couldry e Andreas Hepp (2013) oferecem um bom panorama desses estudos.

a uma tradição de pesquisa em comunicação ligada a um circuito comunicacional defasado, no qual se presume que as interlocuções dos públicos com os *media* só acontecem nas circunstâncias em que eles se tornam “audiência” de produções veiculadas em dispositivos sócio-técnicos. Assim, reivindicam uma teorização mais holística dos processos de conversação (e de mobilização moral) que se originam do contato contínuo com as diversas narrativas que se aventuram a narrar a experiência da alteridade.

Um conceito recorrentemente convocado que sustenta essa decisão teórico-metodológica e incrementa o vocabulário desses pesquisadores é o de mediação (MADIANOU, 2013a, 2013b, ONG, 2014, 2015; ORGAD, SEU, 2014). Ong (2014) o apreende segundo a definição de Sonia Livingstone (2009), para a qual a mediação é o fenômeno em que a mídia se infiltra e modela as relações cotidianas em âmbito intersubjetivo e social, transformando-as significativamente e, por conseguinte, conformando de maneira característica o mundo contemporâneo. Para apreender a “circulação de significados” decorrente dessa dinâmica, o ponto de partida empírico são os processos de mediação da experiência da alteridade na vida cotidiana, que ultrapassam as ocasiões pontuais de encontro entre o texto e as audiências. Nesse terreno, a ser vislumbrado por lentes etnográficas, supõe-se que os públicos identificam as narrativas que encontram em seu percurso habitual, por vezes se engajando moralmente com elas e adentrando em uma arena comum onde julgamentos morais contrastantes colidem.

Essa abordagem também é endossada, de um prisma eminentemente normativo, pela obra póstuma de Roger Silverstone (2007), *Media and Morality*. Nela, o sociólogo inglês também insiste nessa leitura da moralidade arraigada ao dia a dia, e avança ao meditar as consequências da mediação em uma pólis midiática globalizada, na qual se tramam relações entre nós, ocidentais, e a alteridade. Espaço de aparências arendtiano onde interlocutores se expõem uns aos outros (moralmente e dramaturgicamente), a pólis midiática é também o campo em que ocorre a inclusão ou a exclusão simbólica, a comunicação ou a falha na comunicação entre seres humanos. E sendo as mediações responsáveis por definir a superfície em que ocorre esse movimento permanente de mútua exibição (cenário por excelência da vida política contemporânea, nos termos de Silverstone (2007)), a conclusão desse autor é a de que é imprescindível questionar sobre como os públicos são posicionados em tais contextos concretos.

Muito embora o próprio Silverstone (2007) não se embrenhe na concretude das práticas que teoriza, se restringindo à definição filosófica de condições substantivas para uma relação mais inclusiva e generosa com a diferença, outros autores se encarregaram dessa tarefa, a exemplo das recém-publicadas investigações empíricas de Mirca Madianou (2013a, 2013b 2015), Jonathan Ong (2015) e Madianou e colaboradores (2015).

Em suas incursões às declarações de testemunhas do Inquérito Leveson (MADIANOU, 2013a), às construções de campanhas humanitárias em redes sociais (MADIANOU, 2013b) e aos usos de tecnologias de comunicação pelos afetados pelo supertufão Hayan que atingiu as Filipinas em novembro em 2013 (MADIANOU *et al*, 2015) (ONG, 2015), esses autores se revelam particularmente preocupados com a vocalização moral de demandas por parte de sujeitos vitimados, seja por uma exposição midiática injusta, seja por uma tragédia de origem natural ou humana. Suas imersões em campo evidenciam que os entraves para que esse processo ocorra na pólis midiática contemporânea são de diversas ordens, e podem abarcar desde o tipo de visibilidade adquirido por grupos vulneráveis, passando pela situação socioeconômica delicada das vítimas desses acontecimentos indesejados, e mesmo pelas assimetrias no acesso às tecnologias de comunicação. Desse modo, as conclusões dessas pesquisas sinalizam que a projeção de uma ética da hospitalidade e da responsabilidade incondicional teorizada por Silverstone (2007), pode servir de parâmetro para uma crítica incorporada às situações concretas que acentuam o silenciamento integral das vozes daqueles que já experimentam uma sensação ampla de desconexão pública, com subsequente “perda de poder revelado na falta de entusiasmo para estabelecer meios de comunicação comunitários que poderiam fazer suas vozes serem ouvidas” (MADIANOU, 2013a, p.194).

A associação entre visibilidade e reconhecimento, conceituada principalmente por Dayan (2013), torna evidente que aqueles que galgam a visibilidade mediada para apontar as injúrias cometidas contra sua imagem indevidamente apropriada pelos *media*, ou ainda para denunciar a influência das hierarquias de classe na produção de disparidades na obtenção de ajuda humanitária em um contexto de calamidade pública, não anseiam somente obtê-la a qualquer custo. Desta feita, um modelo performativo (DAYAN, 2013) de estudos sobre a interlocução moral e cotidiana com a alteridade não se detém na detecção da reprodução discursiva de desigualdades simbólicas

na mediação do sofrimento à distância (JOYE, 2013), mas alça à categoria de direito humano fundamental a possibilidade de ser visto em seus próprios termos e conferir visibilidade aos demais (subvertendo radicalmente a lógica do sistema informacional vigente, que distingue moralmente os seres falantes e racionais (especialistas, autoridades institucionais) dos anônimos que são visualizados sem espaço para que correspondam).

5. Considerações finais

Esse artigo procurou oferecer uma sucinta revisão literária de pesquisas que se identificam com o que fora nomeado por alguns autores como uma recente “virada moral” nos estudos em Comunicação, particularmente expressiva em cenário europeu e norte-americano. Importante frisar que o esforço empreendido aqui só cobre uma pequena parcela desse conjunto substantivo de investigações que, como visto, encontram-se imersas em um momento profícuo de efervescente discussão. Sendo assim, não é improvável que alguns dos horizontes analíticos apontados nessa revisão já tenham sido problematizados em publicações ainda mais recentes do que as que foram arroladas aqui.

Importante ter em mente que apesar das diferenças entre as correntes de estudo, não é razoável supor que elas são irrevogavelmente incompatíveis. A depender do objeto de pesquisa, é inclusive saudável ao campo que cruzamentos inesperados entre perspectivas aparentemente díspares sejam tramados - evidenciando complementaridades entre linhas de ação até então avaliadas inconciliáveis.

Feitas as devidas ressalvas, e com o interesse único de sistematizar visualmente os vários eixos teórico-metodológicos apresentados ao longo desse texto, é possível esboçar um quadro no qual os trabalhos citados são dispostos em função de sua diretriz de pesquisa (ética normativa ou abordagem empírica) e de seu enfoque (textualidades, recepção, mediações).

Apesar desta revisão ratificar a pluralidade de investimentos no binômio mídia e moralidade, não é inviável, a título de conclusão, delinear três tendências gerais sinalizadas em uma parcela substancial das produções listadas: a) uma predileção pela excursão empírica, considerada de suma importância para tencionar as proposições de escopo normativo produzidas na alvorada da “virada moral” nos estudos em Comunicação; b) um empenho por rescindir o

| | Textualidades | Recepção | Mediações |
|--------------------|--|--|--|
| Ética normativa | Luc Boltanski (2000, 2004) Susan Moeller (2002) Daniel Dayan (2004, 2009, 2013) Paul Frosh (2009, 2011) | | Roger Silverstone (2002, 2007, 2011) |
| Abordagem empírica | Lilie Chouliaraki (2006, 2008, 2010) Shani Orgad (2009, 2011) Stijn Joye (2010) Marita Sturken (2011) | Katherine Kinnick et al (1996) Birgitta Höijer (2004) Irene Seu (2010) | Mirca Madianou (2013a, 2013b, et al 2015) Jonathan Ong (2015) |

Quadro 1 – Pesquisas no eixo mídia e moralidade
Fonte: elaborado pelo autor

nexo previamente estabelecido entre o teor moral das narrativas midiáticas e seu potencial de implicação do espectador (direta ou indiretamente); c) um esforço por desenvolver instrumental metodológico apropriado para ultrapassar o exame detido das situações de interlocução pontual entre audiência e narrativas midiáticas, promovendo uma apropriação crítica do conceito de mediação no ímpeto de problematizar, na concretude das práticas sociais, as evidências sensíveis dos ordenamentos sociais que restringem à capacidade de expressão e agência de determinados atores quando representados nas tramas midiáticas, recombinao signos capazes de reorganizar a distribuição das vozes daqueles que recorrentemente têm seus argumentos negados ou suas vidas retidas em imagens congeladas.

Referências bibliográficas

BOLTANSKI, L. The Legitimacy of Humanitarian Actions and their Media Representation: The Case of France. In: *Ethical Perspectives*, n.7, 2000, p.3-16.
_____. *Distant Suffering: morality, media and politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.
CHOULIARAKI, L. *The spectatorship of suffering*. London: Sage, 2006.
_____. The mediation of suffering and the vision of a cosmopolitan public. In: *Television & new media*, v.9, n.5, 2008, p.371-391.
_____. Global representations of distant suffering. In: COUPLAND, N. (Org.). *The Handbook of Language and Globalization*. Oxford: Wiley-Blackwell, 2010, p.608-624.
COULDRY, N.; HEPP, A. Conceptualizing mediatization: contexts, traditions, arguments. In: *Communication Theory*, n.23, 2013, p.191-202.
DAYAN, D; KATZ, E. *Media events: the live broadcasting of history*. Cambridge: Harvard University Press, 1994.
_____. Los valores de mostrar. *Televisión, actos de mirada*

y 11-S. In: *Cuadernos de Información y Comunicación*, v. 9, 2004, p.101-116.
_____. Sharing and showing: television as mostration. In: *Annals, AAPSS*, n.625, 2009, p.19-31.
_____. Conquering visibility, conferring visibility: visibility seekers and media performance. In: *International Journal of Communication*, v.7, 2013, p.137-153.
DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1998.
FROSH, P. Telling presences: witnessing, mass media, and the imagined lives of strangers. In: FROSH, P; PINCHEVSKI, A. (Orgs.) *Media witnessing: testimony in the age of mass communication*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2009, p.49-72.
_____. Phatic morality: television and proper distance. In: *International Journal of Cultural Studies*, v.14, n.4, 2011, p.383-400.
HÖIJER, B. The discourse of global compassion: the audience and media reporting of human suffering. In: *Media, Culture & Society*, v.26, n.4, 2004, p.513-531.
JOYE, S. News discourses on distant suffering: a critical discourse analysis of the 2003 SARS outbreak. In: *Discourse & Society*, v.21, n.5, 2010, p.586-601.
_____. Suffering as a discipline? Scholarly accounts on the current and future state of research on media and suffering. In: *MEDIA@ LSE Electronic Working Papers*, 2012, p.1-27.
_____. Research on mediated suffering within social sciences: expert views on identifying a disciplinary home and research agenda. In: *Interdisciplinary Science Reviews*, v.38, n.2, 2013, p.106-121.
LIVINGSTONE, S. On the mediation of everything. In: *Journal of communication*, n.59, 2009, p.1-18.
KINNICK, K; KRUGMAN, D; CAMERCON, G. Compassion fatigue: communication and burnout toward social problems. In: *Journalism and Mass Communication Quarterly*, v.73, n.3, 1996, p.687-707.
MADIANOU, M. Ethics of mediation and the voice of the injured subject. In: COULDRY, N; MADIANOU, M; PIN-

CHEVSKI, A. (Orgs.). *Ethics of media*. London: Palgrave, 2013a, p.178-197.

_____. Humanitarian campaigns in social media: network architectures and polymedia events. In: *Journalism Studies*, v.14, n.2, 2013b, p.249-266

_____; LONGBOAN, L; ONG, J. Finding a voice through humanitarian technologies? Communication technologies and participation in disaster recovery. In: *International Journal of Communication*, v.9, 2015, p.3020-3038.

MOELLER, S. Compassion fatigue: how the media sell disease, famine, war and death. New York: Routledge, 2002.
ONG, J. The cosmopolitan continuum: locating cosmopolitanism in media and cultural studies. In: *Media, Culture & Society*, v.31, n.3, 2009, p.449-466.

_____. "Witnessing" or "Mediating" distant suffering? Ethical questions across moments of text, production, and reception. In: *Television & New Media*, v.15, n.3, 2014, p.179-196.

_____. Witnessing distant and proximal suffering within a zone of danger: lay moralities of media audiences in the Philippines. In: *International Communication Gazette*, 2015, p.1-16.

ORGAD, S. Watching how others watch us: the Israeli media's treatment of international coverage of the Gaza War. In: *Communication review*, v.12, 2009, p.250-261.

_____. Proper distance from ourselves: the potential for estrangement in the mediapolis. In: *International Journal of Cultural Studies*, v.14, n.4, 2011, p.401-421.

_____; SEU, I. The mediation of humanitarianism: toward a research framework. In: *Communication, Culture & Critique*, v.7, 2014, p.6-36.

SEU, I. 'Doing denial': audience reaction to human rights appeals. In: *Discourse & Society*, v.21, n.4, 2010, p.438-457.

SILVERSTONE, R. Complicity and collusion in the mediation of everyday life. In: *New Literary History*, n.33, 2002, p.761-780.

_____. *Media and Morality: On the Rise of the Mediapolis*. Cambridge: Polity, 2007.

_____. Mediating catastrophe: September 11 and the crisis of the other. In: ZELIZER, B; ALLAN, S. (Orgs.) *Journalism After September 11*. New York: Routledge, 2011, p.75-81.

STURKEN, M. Comfort, irony, and trivialization: The mediation of torture. In: *International Journal of Cultural Studies*, v.14, p.1-18, 2011.

* Recebido em 19 de novembro de 2015.

* Aprovado em 14 de dezembro de 2015.